

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Processo n.º: 32.640/2016-e**Origem:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF**Assunto:** Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, relativo a Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF. Processo Administrativo n.º 080.001.307/2016. Valor total estimado (CCT 2016): R\$ 129.167.203,20 (período de 12 meses). Data de abertura do certame: 07.11.2016, às 10h30. Representação protocolizada pela empresa Confiança Administrações e Serviços Eireli, com pedido de medida cautelar. Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 198 do RI/TCDF, determinando que a SE/DF promova alterações no edital para saneamento da falha identificada, observando a necessidade de republicação do instrumento convocatório na forma do art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993, devendo a jurisdicionada encaminhar ao Tribunal a documentação comprobatória das providências implementadas no prazo de 5 (cinco) dias, conhecimento da representação formulada pela licitante, denegando a medida liminar requerida e determinando à SE/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente os esclarecimentos acerca dos fatos representados, ciência da deliberação monocrática à representante e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Decisão n.º 5.636/2016: ratificação da deliberação monocrática. Ingresso de representação formulada por licitante, com pedido de cautelar, para suspensão do certame em face de supostas impropriedades nos condicionantes para habilitação. Decisão n.º 5.786/2016: tomou conhecimento da representação protocolada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; considerou atendidas as diligências insertas no Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM e, no mérito, improcedente a representação formulada pela sociedade empresária Confiança Administrações e Serviços Eireli; concedeu medida cautelar no sentido de determinar à SE/DF que suspenda o certame, tendo em conta os fatos suscitados na exordial apresentada pela empresa G&E, bem com que se manifeste quanto ao teor da aludida representação; deu ciência da decisão às representantes; e autorizou o envio de cópia de peças dos autos à SE/DF, para subsidiar o cumprimento da aludida diligência, e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para exame de mérito da exordial. Manifestação da jurisdicionada. Exame de mérito da Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., em cotejo com os esclarecimentos prestados pela SE/DF. Fato superveniente: pedido de sustentação oral pleiteado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.. Despacho Singular n.º 589/16-GCIM: indeferimento do pleito, com fundamento no art. 136, § 7º, do RI/TCDF. Decisão n.º 6.387/2016: adiamento do julgamento da matéria em razão do pedido de vista formulado pelo n. Conselheiro Márcio Michel. Fato superveniente: ingresso no Gabinete do Relator dos autos de documento protocolado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., a título de elementos adicionais, com pedido de medida cautelar. Retorno dos autos ao Gabinete do Relator para juntada da documentação ao feito. Decisão n.º 973/2017: conhecimento da documentação, considerando insubsistentes os

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

argumentos apresentados pela Representante; ter por prejudicado o pedido de medida acautelatória, tendo em vista que o certame já se encontra suspenso por força do item IV da Decisão n.º 5.786/2016; e autorizar o retorno do feito ao Gabinete do i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel, para os fins escoimados na Decisão n.º 6.387/2016. Voto de vista convergente. Fato superveniente: ingresso de pedido de cópia de peças dos autos formulado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda., mediante representante legal. Reapresentação do feito. Decisão n.º 2.311/2017: tomar conhecimento da documentação apresentada pela SE/DF; considerar cumprida a Decisão n.º 5.786/2016 e, no mérito, parcialmente procedente a Representação formulada pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; determinar à SE/DF que inclua cláusula editalícia exigindo a apresentação de declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 36.063/2014, devendo dar continuidade ao certame, no prazo de 10 (dez) dias, observando-se o disposto no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993; encaminhar ao Tribunal cópia do edital republicado e demais documentos que julgar necessários, com vistas a comprovar o efetivo atendimento das diligências exaradas; dar ciência da decisão às representantes (empresas Confiança Administrações e Serviços Eireli e G&E Serviços Terceirizados Ltda.); e autorizar o envio de cópia do relatório/voto do Relator e da decisão à SE/DF e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Ingresso de pedido de prorrogação de prazo formulado pela SE/DF, por 30 (trinta) dias. Despacho Singular n.º 374/2017-GCIM: concessão parcial. Encaminhamento de informações pela jurisdição. Abertura do certame remarcada para o dia 05.07.2017. Novo valor total do certame (CCT 2017): R\$ 150.845.762,40 (período de 12 meses). Ingresso de Representação oferecida pela empresa Confiança Administração e Serviços Eireli, com pedido de suspensão cautelar do certame. Decisão n.º 3.093/2017: conhecimento da exordial, com determinação de suspensão cautelar do certame, abertura de prazo para manifestação da jurisdição acerca dos fatos representados e retorno dos autos à Seacomp/TCDF. Licitação suspensa. Ingresso de pedido de cópia de peças carreadas ao feito após prolação do Despacho Singular n.º 374/2017 – GCIM. Análise do pedido. Despacho Singular n.º 462/2017-GCIM: concessão. Encaminhamento de informações pela SE/DF. Decisão n.º 2.072/2018: não conhecer da Representação apresentada pela empresa Confiança – Administração E Serviços Eireli; conhecer dos demais documentos juntados ao feito. Decisão n.º 4.077/2018: não conhecer do pedido de reexame interposto pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para análise de admissibilidade das Representações (e-DOC 640D2815-c e e-DOC C0A3A6FE-c). Decisão n.º 4.707/2018: não conhecer das representações formuladas pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; considerar cumpridas as diligências veiculadas no item III da Decisão n.º 2.311/2017, bem como as diligências contidas no item III da Decisão n.º 3.093/2017, e, no mérito, improcedente a representação, com pedido cautelar, formulada pela empresa Confiança – Administrações e Serviços EIRELI; autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras. Decisão n.º 5.197/2018: conhecer do Pedido de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Reexame apresentado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. contra o item I da Decisão n.º 4707/2018, nos termos do art. 286 do RI/TCDF; II – tendo em conta os precedentes estabelecidos nos Processos n.ºs 12.086/2011 e 16.264/2012, bem como na Decisão n.º 4.174/2013, deixar de conferir efeito suspensivo aos termos da decisão recorrida, em razão de sua concessão restabelecer medida cautelar já afastada pela Corte. Despacho Singular n.º 462/2018-GCRR, referendado mediante a Decisão n.º 5.614/2018: conhecimento parcial da Representação formulada pelo Dr. Edgar Nogueira Soares; conceder prazo de 5 (cinco) dias à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF para que apresente esclarecimentos em relação aos fatos suscitados na representação; determinar à jurisdicionada e diretamente ao Pregoeiro que não adjudiquem, homologuem ou assinem contratos referentes ao referido certame, até ulterior deliberação deste Tribunal. Decisão n.º 5.847/2018: considerar procedente a Representação no tocante à exigência de atestado de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Administração (CRA); determinar à SE/DF que: a) exclua do Edital em referência os dispositivos que remetem à exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica registrado no CRA; b) encaminhe ao Tribunal, em até 05 (cinco) dias da homologação, cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo que esta Corte verificará se o preço ofertado pela licitante vencedora se encontra compatível com os valores de mercado; não conhecer da segunda Representação ofertada pelo Dr. Edgar Nogueira Soares (peça. 235), pelo fato de ser, em essência, mera reiteração da Representação anteriormente conhecida; deferir o pedido de vista e de fornecimento de cópia apresentado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda.; autorizar a continuidade do certame, após o cumprimento das diligências, respeitando-se o prazo legal de republicação do Edital, encaminhando à Corte cópia da documentação comprobatória. Decisão n.º 5.988/2018: tomar conhecimento da representação ofertada pela empresa RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI para, no mérito, considerá-la improcedente, e conhecer da representação ofertada pela empresa ECO SAPORE Fornecimento de Alimentos – ME, para, no mérito, considerá-la prejudicada, por perda do objeto, ante os termos da Decisão n.º 5.847/2018. **Nesta fase: exame de admissibilidade de representações. Voto do Relator, Conselheiro Renato Rainha**, no sentido de que o Tribunal: conheça das representações ofertadas pelas empresas El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP (peça 263), RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP (peça 266) e pela RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI (peças 267, 300, 312 e 321), em face do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE, para, no mérito, considerá-las improcedentes; retifique os termos da Decisão n.º 5.988/2018 para que, onde se lê “Resolução CFN n.º 603/2018”, leia-se “Resolução CFN n.º 510/2012”; autorize o fornecimento de cópia integral dos autos à empresa RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI, conforme requerido, e a devolução dos autos à Seasp/TCDF, com posterior envio ao Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade, Relator da fase recursal. Declaração de Voto do e. Conselheiro Manoel de Andrade divergente do i. Relator, pugnano pela concessão de medida cautelar, para determinar à SE/DF que se abstenha de assinar contratos relativos aos lotes do pregão em análise, até a apreciação definitiva da matéria pela Corte. Decisão n.º 1.301/2019: adiada a continuidade do julgamento, em razão do pedido de vista formulado pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Conselheiro Inácio Magalhães Filho. VOTO DE VISTA em harmonia com o n. Relator, Conselheiro Renato Rainha, com acréscimo no sentido de que o Plenário conheça da representação formulada pela empresa Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda. (peça 277), considerando-a, no mérito, improcedente, em razão do que consta da Informação n.º 339/2018-4ª Diacomp.

Relator original: Conselheiro Renato Rainha.

1º Revisor: Conselheiro Manoel de Andrade.

VOTO DE VISTA

Cuidam os autos do exame do edital do Pregão Eletrônico n.º 14/2016-SE, relativo a Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal – PAE-DF, referente ao Processo GDF n.º 080.001.307/2016 (e-DOC 1E609345-e).

Neste momento, para contextualizar a matéria, transcrevo, com ajustes de forma, trechos do substancioso **Relatório/Voto** do e. Conselheiro **Renato Rainha**, apresentado na Sessão Ordinária n.º 5.120, de 16.04.2019 (e-DOC 338B7941-e):

*“A data de abertura do certame estava marcada para o dia 07/11/2016 e o valor estimado do objeto em **R\$ 129.167.203,20 (cento e vinte e nove milhões, cento e sessenta e sete mil, duzentos e três reais e vinte centavos)**, para 4 lotes, no período de 12 (doze) meses.*

*Inicialmente, foram juntadas aos autos Representações ofertadas pelas empresas **Confiança Administrações e Serviços Eireli** (peças 13, 100 e 135,) e **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** (peças 32, 148, 153 e 164). Referidas manifestações foram apreciadas por esta Corte conforme as Decisões nºs 5.786/2016, 2.311/2017, 2.072/2018, 4.707/2018 e 4.077/2018 (peças 37, 82, 155, 183 e 169).*

*Posteriormente, a empresa **G&E Serviços Terceirizados Ltda.** manejou Pedido de Reexame em face da Decisão nº 4.077/2018, que não conheceu das Representações de peças 148 e 153, cujo apelo foi conhecido pela Decisão nº 5.197/2018, sem efeito suspensivo (peças 190 e 199). **Este recurso ainda pende de exame de mérito.***

*Também o Advogado **Edgar Nogueira Soares** apresentou Representação, com **pedido de suspensão cautelar do certame**, questionando, entre outras, possível irregularidade contida na exigência de atestados de capacidade técnica registrados no **Conselho Regional de Administração - CRA** (peça 205 e 235).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Por intermédio da Decisão nº 5.847/2018, esta Corte considerou que a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no **Conselho Regional de Administração – CRA** contraria o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem assim as Decisões nºs 538/2015 e 5.075/2012 (peça 239).

Na sequência, a empresa **RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI** ofertou Representação requerendo a suspensão cautelar do certame e, no mérito, em síntese, a retirada do edital de exigência de registro de Licitante **Conselho Regional de Nutrição - CRN** e de comprovação técnicooperacional via atestado averbado no mesmo conselho (peça 245).

Prosseguindo, a empresa **Eco Sapore Fornecimento de Alimentos – ME** juntou Representação pedindo a suspensão cautelar do certame e, no mérito, a retirada do edital de exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica registrados no **Conselho Regional de Administração - CRA** (peça 248).

Consoante a Decisão nº 5.988/2018, em sede de exame de mérito da Representação apresentada pela empresa **RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI**, o Tribunal considerou regular a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no **Conselho Regional de Nutrição - CRN**, para fins de habilitação ao certame, tendo em conta o previsto na Lei nº 8.234/1991 e na Lei nº 5.276/1967 c/c Resolução CFN nº 603/2018. Na mesma deliberação, considerou a Representação ofertada pela empresa **Eco Sapore Fornecimento de Alimentos – ME** prejudicada por perda do objeto, ante os termos da Decisão nº 5.847/2018 (peça 256).

Na sequência, as empresas **El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP** (peça 263), **RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP** (peça 266) e pela **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** (peça 267) ofertaram Representações, com pedido de suspensão cautelar do certame.

A Secretaria de Acompanhamento, nos termos da Informação nº 334/2018, assim sintetizou as citadas Representações (peça 272):

“I – DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO DA EL DORADO SERVIÇOS

2. A empresa **EL DORADO SERVIÇOS PROFISSIONAIS EIRELI – EPP** (e-doc 55871C19-c, Peça 263), insurgese contra possíveis irregularidades no edital do pregão em epígrafe, cuja data de abertura do certame está agendada para o dia 20/12/2018, às 11 horas. Em suma, a Representante aponta os seguintes fatos:

a) Irregular exigência de comprovação de experiência para serviços de cocção de alimentos no item 11.1.3.1.2¹, relativo à comprovação da qualificação técnico-operacional:

1 11.1.3.1.2 Do Atestado de Capacidade - Atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Nutrição (CRN) da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este Conselho, que comprove ter a empresa executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Alega a empresa que a exigência de que se comprove ter executado serviços de cocção de alimentos restringiria a competitividade, uma vez que o objeto se trataria, na verdade, de gestão de mão de obra especializada (cozinheiros). Assim, entende que regramento previsto no edital restringiria somente a empresas que prestam serviços de merenda escolar, excluindo um universo de potenciais interessados.

b) Irregular exigência de Capital Circulante Mínimo (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de no mínimo, 16,66%, previsto no item 11.1.4², relativo à comprovação da qualificação econômico-financeiro do licitante:

Entende a Representante que o regramento deveria ser excluído do edital, uma vez que a Lei Distrital nº 5.014/2013 foi declarada inconstitucional pelo TJDF, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, Processo nº 2013.00.2.003060-5. Além disso, afirma que, na IN nº 05/2017 – MPOG, que substituiu a IN nº 02/2008 – MPOG, não há mais a exigência de CCL de 16,66% para serviços continuados.

c) Irregular fixação de preços mínimos para materiais:

Segundo a Representante, foi fixado valor mínimo de R\$ 78,78 (setenta e oito reais e setenta e oito centavos), por mês, por funcionário, na planilha “MATERIAIS DE LIMPEZA DE USO COMUM (Álcool, água sanitária, bacia, detergente etc.)”, do Anexo IV - DESCRIÇÃO DO MATERIAL, que deve ser utilizado como critério da aceitabilidade de proposta do licitante, estaria em desacordo com o disposto no art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/93, que veda a fixação de preços mínimos.

d) Irregular fixação de percentual de encargos sociais:

Segundo a Representante, o edital estabelece a fixação de percentual mínimo de 78,38% (setenta e oito vírgula trinta e oito por cento) para encargos sociais e trabalhistas, que provavelmente teria sido obtido da Convenção Coletiva de Trabalho – SINDISERVIÇOS/SEAC-DF de 2017.

Entende, entretanto, que tal regramento editalício contraria o disposto no art. 6º da IN nº 05/2017 – MPOG, recepcionada pelo

execução dos serviços de cocção de alimentos com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do efetivo previsto para cada lote que virá a concorrer.

(referências legais: Resolução CFN nº 378/2005; Resolução nº CFN nº 510/2012).

2 11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

[...]

iv) Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação; (e deverá ser devidamente justificado nos autos)

3 Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Decreto Distrital nº 38.934/2018, na qual a Administração não se vincularia às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, tais como índices obrigatórios de encargos sociais.

e) Irregular indicação de legislação revogada para estabelecimento de prazo mínimo para repactuação:

A Representante afirma que o Decreto Federal nº 2.271, de 07 de julho de 1997, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, citado no item 16.2 do edital, teria sua aplicação revogada e que, com o advento do Decreto Distrital nº 38.934/2018 que recepcionou a aplicabilidade da IN nº 05/2017 – MPOG no Distrito Federal, a referida Instrução Normativa deveria ser utilizada para o regramento relativo à repactuação contratual.

f) Irregular regramento disposto na alínea “a”⁴ do item 20.5 do Termo de Referência:

A Representante entende que haveria enriquecimento ilícito da contratada avalizado pela Secretaria de Educação, que remunerará a empresa sem que haja a efetiva prestação de serviços contratados, uma vez que o calendário escolar estipula 30 (trinta) dias de férias obrigatórias aos alunos, não havendo o que se falar em remuneração da empresa, mesmo com a exclusão dos itens mencionados no comento editalício.

3. Ao final de sua peça, a Representante requer que:

“1. seja admitida a presente representação para comprovação dos fatos noticiados, incluindo a representante como interessada no processo;

2. a CONCESSÃO DA MEDIDA CAUTELAR, INALDITA ALTERA PARS, até apreciação final desta Corte, para que seja determinada a suspensão da licitação do Pregão Eletrônico nº 014/2016 até ulterior manifestação do TCDF quanto a legalidade do edital, intimando-se da decisão os responsáveis, posto que presentes os pressupostos autorizadores à concessão da medida liminar;

3. com fulcro no artigo 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, sejam remetidas cópias dos autos ao Ministério Público, para ajuizamento das ações cabíveis;

4. no mérito, após constatação e comprovação das ilegalidades e irregularidades aqui apontadas, requer seja declarada procedente a presente representação, ante as

4 20.5. Em virtude das férias de 30 (trinta) dias previstas para início de cada ano letivo, conforme disposto no calendário escolar, a Contratante, na ocasião do pagamento referente ao mês em questão, deverá apresentar faturamento com base no ANEXO II - Planilha de Custos 2 (específica para o mês das férias), conforme justificativas apresentadas:

a) A Planilha de Custos para o período em que, em regra, os funcionários da contratada poderão ficar à disposição sem que haja a efetiva prestação de serviços, no caso, a cocção e distribuição de refeições, ou seja, o mês das férias, conta com a exclusão dos itens Vale Transporte e Auxílio Alimentação (MÓDULO 2), Material (MÓDULO 3) e Despesas Administrativas e Lucros (MÓDULO 5), isto é, ANEXO II – Planilha de Custos 2 – Período de Férias;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.:32640/16e

impropriedades detectadas, aptas a comprometer a EFICÁCIA E A LEGALIDADE da competição e ferir de morte os princípios norteadores da lei de licitações.”

(...)

V – DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO DA RBX ALIMENTAÇÃO

14. A empresa RBX ALIMENTAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI – EPP (e-doc 4E5CA387-c, Peça 266), insurge-se contra possíveis irregularidades no edital do PE nº 14/2016. Em suma, a Representante entende haver flagrante ofensa ao princípio da legalidade ao se exigir no inciso “iv” do item 11.1.42, relativo à comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes a demonstração de Capital Circulante Mínimo (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de no mínimo, 16,66%. Alega que o art. 31 da Lei nº 8.666/93 em momento algum dispõe sobre o estabelecimento de percentual mínimo para comprovação de CCL ou Capital de Giro.

(...)

V – DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO DA RDJ ASSESSORIA

19. A empresa RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL – EIRELI (e-doc 67596924-c, Peça 267), insurge-se contra possíveis irregularidades no edital do pregão em tela. Em suma, a Representante aponta que o edital não observou os ditames contidos na Lei nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014, relativo ao estabelecimento de direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, para isso apresenta uma série de argumentos para sustentar sua tese da inviabilidade de participação de ME e EPP.

20. Alega que, em que pese o edital permitir a participação de ME e EPP, a forma como os lotes do objeto do PE nº 14/2016 foram distribuídos, não permite, efetivamente, a participação das entidades preferenciais, uma vez que os valores anuais previstos superam o valor limite de faturamento para enquadramento das empresas conforme previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

21. Argumenta, também, que o custo estimativo do posto de serviço de cozinheiro, previsto na Cláusula 14.1 do Edital, no valor de R\$ 6.488,46, estaria superestimado, quando comparado com o valor do posto de serviço do contrato vigente de mesma natureza, de R\$ 5.000,00. Assim, afirma que o valor do posto onera em demasiado o custo estimativo dos serviços, restringindo a participação de ME e EPP.

22. Afirma, ainda, que, por ocasião da celebração do contrato, a exigência de garantia de 5% do seu valor inviabiliza, ou mesmo restringe, a participação de ME e EPP, uma vez que o teto de faturamento anual para enquadramento é de R\$ 4.800.000,00 e a realização da garantia seria no valor estimado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

de R\$ 1.658.450,37, representando 1/3 (um terço) do faturamento anual.

23. Ressalta que outro elemento que provoca a aumento do custo por lote seria a exigência de comprovação de quantitativo mínimo de 50% para a execução dos serviços de cocção de alimentos, para fins de comprovação da qualificação técnicooperacional, uma vez que se o edital reduzisse a quantidade de cozinheiros para “ajudante de cozinha”, a demonstração de quantitativos mínimos seria menos restritiva, bem como o custo seria reduzido, uma vez que o salário base de ajudante de cozinha é inferior ao de cozinheiro.

24. Em decorrência do quesito apresentado no parágrafo anterior, alega, também, que no item 11.1.3.1, relativo à qualificação técnica dos licitantes, há a exigência de que se comprove já ter realizado serviços idênticos, ao invés de exigir “serviços com características semelhantes”, o que estaria em desacordo com o art. 30 da Lei de Licitações.

25. Ao final, apresenta os seguintes pedidos:

“Pelo exposto, pugna-se que:

- a) Seja recebida a presente impugnação, concedendo a cautelar pleiteada, “inaudita altera pars”, para fins de suspender o certame previsto para 20/12/2018, ante a presença da fumaça do bom direito e o periculum in mora que demonstram a possibilidade de perpetração de ilegalidade pela restrição de competitividade e possibilidade de dano ao erário;
- b) No mérito, seja revista a exigência contida no Edital para fins de que:

(b.1) Seja revista a exigência de contratação de mão de obra exclusiva de cozinheiros para execução dos serviços, considerando as atribuições previstas no Termo de Referência e a economicidade que trará a Administração Pública a possibilidade de contratação de ajudantes de cozinha para a realização de parte dos serviços;

(b.2) Seja apurado e ou realizada nova pesquisa de preço para que seja comprovado que não há sobrepreços considerando os valores praticados em contratos atuais da SEDF;

(b.3) Seja alterado e devidamente justificada o modo de divisão dos lotes a serem licitados, a fim de acabar com a restrição de competitividade ora existente;

(b.4) Seja revisto o percentual de garantia contratual exigido no momento da contratação, considerando devidamente a divisão dos lotes e o disposto na Lei Complementar nº 123/2006;

(b.5) Seja realizada alteração do Edital para estabelecer cota de até 25% do objeto para contratação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 2, inciso III do Decreto nº 35.592/2014;

(b.6) Seja excluído e ou retificado o percentual de exigência de atestados de capacidade técnica exigidos, considerando a lógica de capacidade preexistente a luz do que dispõe a Lei nº 4.794/2012;

(b.7) Seja excluída e ou retificada Cláusula do item 11.1.3.1.1 – alínea C, uma vez que se trata de limitação de concorrência em razão de matéria territorial;

(b.8) Seja excluída e ou retificada Cláusula do item 11.1.3.1.6, posto que fere o direito a isonomia da empresa em instalar seu escritório de representação no âmbito do Distrito Federal;

c) Por consequência lógica, que seja determinada à SEDF as correções pertinentes e a republicação do Edital, na forma da legislação vigente (art. 21, § 4º, da Lei de nº 8.666/1.993)."

Procedido o exame de admissibilidade, a Unidade Técnica sugeriu ao egrégio Plenário que não conheça das Representações ofertadas pelas empresas **El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP**, **RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP** e pela **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**.

Antes que o Tribunal examinasse a proposta da Unidade Técnica a respeito das Representações em questão, a empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – Eireli** interpôs Pedido de Reexame contra os termos da Decisão nº 5.847/2018 (peça 286). O Relator recursal, ilustre Conselheiro **Manoel de Andrade**, nos termos do Despacho Singular nº 44/2019-GCMA (peça 296), determinou o envio do presente processo ao **Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF**.

Estando os autos no Parquet para pronunciamento, a empresa **RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI** interpôs nova Representação, com pedido de suspensão cautelar do certame, na qual questiona sua inabilitação no Pregão Eletrônico em referência, ante o descumprimento da exigência de comprovação do registro dos atestados técnicos operacionais junto ao Conselho Regional de Nutrição – CRN (peça 300).

A Secretaria de Acompanhamento-SEACOMP, nos termos da Informação nº 042/2019, assim sintetizou os termos da exordial (peça 304):

"I – DO TEOR DA REPRESENTAÇÃO

2. A empresa **RDJ ASSESSORIA E GESTÃO EMPRESARIAL – EIRELI** insurge-se contra a sua inabilitação no Pregão Eletrônico em referência, com base em sua qualificação técnica operacional, em detrimento da habilitação de propostas supostamente menos vantajosas para a Administração Pública.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

3. Alega a empresa que a simples exclusão da exigência de apresentação/comprovação do registro de atestados de capacidade técnica operacional da empresa junto ao Conselho Regional de Administração (CRA) e a interpretação de que persiste a possibilidade de exigência de comprovação do registro dos atestados técnicos operacionais junto ao Conselho Regional de Nutrição (CRN) não só restringe a competitividade como reduz ao âmbito de poucas empresas prestadoras de serviços exclusivos de manipulação e cocção de alimentos, que, no âmbito do Distrito Federal, seriam apenas duas aptas para os serviços, por já terem prestado serviços no mesmo órgão.

4. Argumenta, também, que a problemática reside no entendimento de que persiste a exigência de registro dos atestados de capacidade técnica operacional no Conselho Regional de Nutricionistas, como se este fosse o único meio de qualificar a capacidade técnica operacional da licitante.

5. Afirma, ainda, que, a diferença entre as propostas seria de mais de um milhão de reais e que a extensa documentação de comprovação de capacidade técnica operacional no gerenciamento, administração e fornecimento de mão de obra foi totalmente desconsiderada pelo simples fato de não haver registro junto ao CRN, e a empresa teria demonstrado a qualidade dos serviços prestados junto ao METRÔ e ao TCU.

6. Ao final, apresenta os seguintes pedidos:

“Pelo exposto, pugna-se que:

a) Seja recebida a presente impugnação, concedendo a cautelar pleiteada, “inaudita altera pars”, para fins de suspender o certame e, assim, o julgamento da habilitação das licitantes, ante a presença da fumaça do bom direito e o periculum in mora que demonstram a possibilidade de perpetração de ilegalidade pela restrição de competitividade e a prática de ato antieconômico;

b) No mérito, seja revista a inabilitação da empresa para fins de considerá-la técnica e operacionalmente habilitada para o certame, ante a ampla comprovação de execução no fornecimento de mão de obra qualificada de seus contratos, inclusive com qualidade aferida; ou na remota hipótese de não ser esse o entendimento desta Corte de Contas, que:

1) Seja revisto o Edital para fins de:

i) retirar do edital exigência de registro de Atestado Técnico operacional da Licitante no Conselho Regional de Nutrição (CRN); ou
*ii) reformular o Edital para que a exigência de comprovação de **REGISTRO DE ATESTADO** técnico operacional seja os realizados junto ao **CRN ou no CRA**; “*

*Mais uma vez, a aludida empresa **RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI** ofertou nova Representação, com pedido de medida cautelar, requerendo a suspensão do certame até decisão*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

de mérito do recurso interposto contra os termos da *Decisão n.º 5.988/2018* (peça 312).

Procedida a análise de admissibilidade dessa peça, a Unidade Técnica sugeriu ao egrégio Plenário que não conheça das citadas Representações, por não apresentarem indício de ilegalidade ou irregularidade, na forma do art. 230, § 2º, inciso III do RI/TCDF (peças 304 e 313).

Novamente, a mesma empresa **RDJ Assessoria Gestão empresarial EIRELI** juntou outra Representação, na qual, corrigindo a anterior peça 312, pede a suspensão do certame até decisão de mérito do recurso interposto contra os termos da *Decisão n.º 5.847/2018* (peça 321).

Foram acostados autos ainda o Voto do ilustre Conselheiro **Manoel de Andrade** e a *Decisão n.º 875/2019*, adotada no Processo n.º 4.448/2019, que trata de Representações acerca da ocorrência da mesma suposta irregularidade, desta feita no procedimento de contratação emergencial para a prestação de serviço de manipulação de alimentos e preparo de refeições (peças 316/317).

Por último, a empresa **RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI** requer cópia do inteiro teor dos autos (peça 318).

Chamado ao feito, o **Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF**, consoante o Parecer n.º 201/2019–G3P (peça 323), da lavra do ilustre Procurador **Demóstenes Tres Albuquerque**, opina, no tocante às peças juntadas pela empresa **RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI**, no seguinte sentido:

I. tome conhecimento:

a) do Pedido de Reexame protocolado pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a *Decisão n.º 5.847/2018* (e-DOC 2A2451FCc; Peça n.º 288), posteriormente reapresentado, na forma de medida cautelar, com pedido liminar (e-DOC 06F45916-c; Peça n.º 321);

b) da medida cautelar, com pedido liminar, formulada pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** contra a *Decisão n.º 5.988/2018* (e-DOC 350BF130-c; Peça n.º 312);

c) do Relatório/Voto emitido no **Processo n.º 4.498/2019-e** (e-DOC 92ED58AB-c; Peça n.º 317), acostado ao presente feito em atenção à *Decisão n.º 875/2019* (e-DOC 25F099AF-c; Peça n.º 316);

II. no mérito, negue provimento ao Pedido de Reexame e às medidas cautelares suscitadas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, uma vez que os questionamentos formulados pela citada empresa contra as exigências contidas no item 11.1.3.1 do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** se encontram em conformidade com a legislação que rege a matéria, em especial pela **Lei n.º 8.666/1993** e pela **Lei n.º 8.234/91** (que revogou a Lei n.º 5.276/67);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

III. considere **insubsistente** o prazo estabelecido na **Resolução CFN n.º 603/2018** para que o registro de atestados de capacidade técnica das Pessoas Jurídicas nos Conselhos Regionais de Nutrição passe a produzir efeitos, haja vista o citado normativo, bem assim as **Resoluções CFN n.º 607/2018** e **n.º 613/2018**, que prorrogaram o aludido prazo, **foram revogadas** pela **Resolução CFN n.º 624/2018**, não mais figurando no mundo jurídico;

IV. determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que **altere a redação** do **item 11.1.3.1.1** do Edital do **Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF** no sentido de que as exigências de disponibilização e manutenção de ao menos 01 (um) profissional nutricionista no quadro de funcionários da empresa (**caput**); de comprovação de contratação de profissional nutricionista com a empresa interessada no objeto licitado (**alínea “b”**); e de que os atestados técnico-profissionais emitidos por Conselhos de outra região sejam visados pelo Conselho Regional do Distrito Federal para que tenham validade (**alínea “d”**), sejam exigidas somente quando da assinatura do ajuste;

V. autorize:

a) a ciência da decisão que vier a ser proferida à empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI**, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDPush (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, com vistas ao Núcleo de Recursos daquela unidade para apreciação das peças recursais pendentes de exame.“

É o relatório.

VOTO

Na presente fase processual, examinam-se a admissibilidade e o mérito das Representações ofertadas pelas empresas **El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP** (peça 263), **RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP** (peça 266) e pela **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** (peça 267, 300, 312 e 321), **com pedidos de suspensão cautelar** do Pregão Eletrônico SRP nº 14/2016 – SE, lançado pela **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF**, destinado ao registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao **Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal**.

A Secretaria de Acompanhamento desta Corte sugere ao egrégio Plenário que não tome conhecimento das referidas peças, ante a ausência de indícios de ilegalidade ou irregularidade, conforme



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

pressuposto de admissibilidade indicado no art. 230, § 2º, inciso III do RI/TCDF.

Data máxima vênua, em que pese reconhecer que as Representações apresentam indícios muito tênues de ilegalidade ou irregularidade, penso que assiste razão ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal no sentido de que, uma vez que restam caracterizadas a legitimidade e a tempestividade, bem assim presente a possibilidade de prejuízos injustificados aos cofres públicos, pode este Tribunal tomar conhecimento das peças em questão e enfrentar o mérito, sobretudo no tocante aos pedidos de liminares trazidos ao feito.

- Representações ofertadas pelas empresas El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP, RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP e RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI (peças 263, 266 e 267)

As alegações ofertadas pelas Representantes foram detidamente examinadas e rejeitadas, uma a uma, pela Unidade Técnica. Não encontrando elementos que me afastem das conclusões lançadas, tenho por improcedentes, no mérito, as Representações em tela, tendo em conta os termos da bem lançada Informação nº 334/2018, que adoto como razão de decidir e transcrevo, em parte, a seguir:

“5. Com relação à insurgência contida na alínea “a”, relativa a irregular exigência de comprovação de experiência para serviços de cocção de alimentos no item 11.1.3.1.2 do Edital (e-doc 89EB2605-e, Peça 270), relativo à comprovação da qualificação técnicooperacional, em verificação ao objeto do edital⁵, que visa a contratação de empresa para manipulação de alimentos e preparo de refeições, constatamos que o que se exige para a comprovação da qualificação técnicooperacional da empresa é que seja demonstrada experiência na prestação de serviços de manipulação e preparo de refeições, ou seja serviços de cocção⁶ de alimentos.

6. Logo, em que pese os serviços de cocção de alimentos serem realizados por cozinheiros fornecidos pelas futuras contratadas, a alegação da Representante de que o referido item do edital deveria exigir experiência em gestão de mão de obra não se sustenta, uma vez que o objeto da licitação não se refere à gestão de mão de obra, mas, sim, de modo explícito, à manipulação e preparo de refeições.

7. No que se refere à insurgência contida na alínea “b”, verificamos, de modo divergente do alegado pela Representante que a IN nº 05/2017 – MPOG, em seu ANEXO VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, item 11.1, alínea “b” consta como condição para comprovação de habilitação econômico-financeira das licitantes a demonstração de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66%. Como bem afirmado pelo Representante, a IN nº 05/2017 – MPOG foi recepcionada integralmente pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018. Portanto, os termos da referida Instrução Normativa são válidos no âmbito do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

8. Para os quesitos contidos nas alíneas “c” e “d”, relativo ao possível estabelecimento no edital de valores mínimos para materiais e encargos sociais, de modo divergente ao alegado pelo Representante, verificamos nos termos do edital do PE nº 14/2016, em especial no tópico “X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA”, que em momento algum se estabelece valores mínimos a serem observados pelos licitantes em relação à planilha de custo estimativa. Muito pelo contrário, o item 10.8 do Edital dispõe que **“para efeito de aceitabilidade das propostas, não serão admitidos valores superiores aos preços estimados pela SE/DF, caso em que importará na desclassificação da proposta”**.

8. Logo, a contrário senso da alegação da Representante, o que está estabelecido no Edital é que os valores de R\$ 78,78 para materiais por posto de serviço e encargos sociais de percentual de 78,38% representam, na verdade o teto admitido pela SE/DF como critério de aceitabilidade da proposta.

9. Com relação à insurgência disposta na alínea “e”, verificamos que o Decreto Federal nº 9.507/2018, em seu art. 17, estabelece que fica revogado o Decreto nº 2.271/1997. Por sua vez, o art. 18 do novo Decreto dispõe que o referido normativo entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

10. Como o Decreto Federal nº 9.507/2018 foi publicado no dia 24/09/2018, a sua vigência somente ocorrerá no dia 22/01/2019, portanto, como ainda se encontra em “vacatio legis”, de modo divergente ao afirmado pelo Representante, o Decreto nº 2.271/1997 permanece vigente.

11. Por fim, acerca do fato indicado na alínea “f”, consideramos que a discussão acerca do tema não cabe mais na presente fase processual, uma vez que o assunto já foi exaustivamente tratado no âmbito destes autos, tendo o Tribunal, por meio da Decisão nº 2.072/2018 deixado de conhecer Representação que versava sobre o mesmo quesito.

(...)

16. Sobre a insurgência apresentada relativa à exigência de comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro de, no mínimo, 16,66% para fim de qualificação econômico-financeira das licitantes, o fato também foi objeto de questionamento realizado na Representação oferecida pela empresa EL DORADO, na qual, conforme indicado no § 8 desta instrução, o regramento consta, explicitamente, na IN nº 05/2017 – MPOG, em seu ANEXO VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO, item 11.1, alínea “b”, recepcionada integralmente pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, os termos da referida Instrução Normativa são válidos no âmbito do Distrito Federal.

(...)

27. Sobre a alegação de que o edital não aplicou os direitos de preferência destinados às entidades preferenciais (ME e EPP), informamos que o temo já foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

apreciado por esta Corte de Contas quando da análise inicial do edital, uma vez que a Unidade Técnica do Tribunal considerou que os valores atribuídos aos lotes, por si só, já provocariam o desenquadramento das entidades preferenciais, motivo pelo qual não caberia a sua aplicabilidade. Tal análise foi acolhida pelo Plenário por meio do Despacho Singular nº 528/2016 – GCIM, ratificada pela Decisão nº 5.636/2016.

28. Com relação aos demais quesitos apresentados, que serviram apenas de elementos para sustentar a alegação da irregular inaplicabilidade de cota reservada às entidades preferenciais, entendemos que não indicam irregularidades.

29. Para a alegação de que deveria ser considerado a contratação de “ajudantes de cozinha”, reduzindo a quantidade de “cozinheiros”, com o intuito de redução do custo estimativo, entendemos que tal alegação não se trata de uma irregularidade, uma vez que a definição do objeto a ser contratado é uma prerrogativa da Administração. Além disso, o item 7.2⁷ do Termo de Referência dispõe que a manipulação dos alimentos e preparo das refeições devem ser realizadas por cozinheiros qualificados. Ou seja, as descrições contidas para a função do cargo Cozinheiro (CBO 5132/05) (e-doc 55440455-e, Peça 271) encontram-se afinadas com as especificações dos serviços propostas no Termo de Referência.

30. Para à alegação de possível sobrepreço, verificamos que, na análise inicial do edital, esta Unidade Técnica, acompanhado pelo Plenário desta Corte de Contas, considerou os custos por cozinheiro compatíveis com os valores apurados à época. Como a análise inicial foi realizada em outubro de 2016, os valores, foram atualizados, conforme CCT da categoria.

31. Por outro lado, sobre o valor vigente em contratos atuais de R\$ 5.000,00, a Representante não apresentou documento que comprove tal fato. Ademais, na análise inicial do edital, em outubro de 2016, o valor considerado adequados por esta Corte de Contas era de R\$ 5.328,68. Portanto, o valor apresentado pela Representante carece de melhor fundamentação.

32. No que se refere à exclusão do percentual mínimo para comprovação da qualificação técnicooperacional, entendemos que não se sustenta a argumentação de que tal exigência vai de encontro ao disposto na Lei Distrital nº 4.794/2012, que em seu art. 1º ⁴ dispõe sobre o

4 Art. 1º Os editais de licitação e os contratos de serviços continuados no âmbito dos Poderes Públicos do Distrito Federal, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, conterão cláusula dispondo sobre o aproveitamento, pela empresa vencedora,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.:32640/16e

aproveitamento dos funcionários com contratos rescindidos pela empresa vencedora do certame, uma vez que os requisitos para a comprovação de qualificação técnico-operacional previsto no item 11.1.3.1.2 do Edital estabelece a apresentação de atestados comprovando que a licitante já tenha prestado os serviços de cocção de alimentos no quantitativo mínimo de 50% e não que tenha disponibilizado cozinheiros no quantitativo requerido.

33. *Acerca da insurgência contra o item 11.1.3.1.1, alínea “c”, do Edital, que exige que no ato da contratação a empresa comprove que o responsável técnico indicado (Nutricionista) esteja devidamente registrado e em situação regular no CRN do Distrito Federal não merece ser conhecido, uma vez que o art. 15^o da Lei nº 6.583/1978, que Cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, regula o seu funcionamento, e dá outras providências, estabelece que o exercício da profissão somente é permitido ao portador da identidade profissional expedida pelo Conselho Regional competente.*

31. *Por fim, acerca da insurgência contra o item 11.1.3.1.6⁶ do Edital, mais uma vez, consideramos que a alegação não merece prosperar, uma vez que, em que pese o comando do edital citar a IN nº 02/2008 – MPOG, que está revogada, a norma revogadora, IN nº 05/2017 – MPOG, que traz o mesmo comando, conforme consta na alínea “a” do item 10.6⁷ do ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO.”*

- Representações ofertadas pela empresa RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI (peças 300, 312 e 321)

*Em apertada síntese, a Representante, ante sua inabilitação no certame em decorrência da ausência de apresentação/comprovação do registro de atestados de capacidade técnica operacional da empresa junto ao **Conselho Regional de Nutrição – CRN**, requer a suspensão cautelar do certame, para que seja determinada modificação no instrumento convocatório para retirada da exigência ou a aceitação apenas da comprovação de registro junto ao **Conselho Regional de Administração – CRA**, bem assim até o julgamento de mérito do recurso que teria ofertado em face da Decisão nº 5.847/2018.*

*Lembro que, por intermédio da Decisão nº 5.847/2018, ao apreciar Representação formulada pelo Advogado **Edgar Nogueira Soares**,*

para a prestação do mesmo serviço por meio de licitação ou contratação emergencial, dos empregados vinculados à empresa antecessora cujo contrato foi rescindido.

5 Art. 15 - O livre exercício da profissão de nutricionista, em todo o território nacional, somente é permitido ao portador de Carteira de Identidade Profissional expedida pelo Conselho Regional competente.

6 11.1.3.1.6 Declaração de que o licitante instalará escritório em Brasília/DF, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência do contrato, com fulcro no art. 19, § 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 02/2008 – SLTI/MPOG, recepcionada pelo Decreto distrital n.º 36.063/2014

7 10.6. Na contratação de serviço continuado, para efeito de qualificação técnico-operacional, a Administração Pública poderá exigir do licitante:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

esta Corte considerou que a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no **Conselho Regional de Administração – CRA** contraria o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem assim as Decisões nºs 538/2015 e 5.075/2012 (peça 239).

Por sua vez, consoante a Decisão nº 5.988/2018, em sede de exame de mérito de Representação ofertada pela empresa **RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI**, o Tribunal considerou regular a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no **Conselho Regional de Nutrição - CRN**, para fins de habilitação ao certame, tendo em conta o previsto na Lei nº 8.234/1991 e na Lei nº 5.276/1967 c/c Resolução CFN nº 603/2018, considerando o que consta da Informação nº 322/2018 (peça 253), de seguinte teor:

“17. Oportunamente registramos alguns dispositivos da Lei nº 8.234/91 que regulamenta a profissão de Nutricionista:

Art. 3º São atividades privativas dos nutricionistas: (...)

II - planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição; Art. 4º Atribuem-se, também, aos nutricionistas as seguintes atividades, desde que relacionadas com alimentação e nutrição humanas:

a) declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato;

(...) **III- assistência e treinamento especializado em alimentação e nutrição;**

18. A mesma Lei reconhece os Conselhos Federal e os Regionais de Nutricionistas como instituições competentes para fiscalizar o exercício da profissão. Em sua competência normativa, dada pela Lei nº 5.276/67, o Conselho Federal de Nutricionista (CFN) publica resoluções que orientam o exercício e fiscalização da profissão, destacamos alguns dispositivos da Resolução CFN nº. 603/2018.

Art. 1º O registro do atestado de capacidade técnica, para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, previsto na Lei Geral de Licitações, será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição no local onde os serviços foram executados.

Parágrafo único. Os atestados abrangerão apenas o período posterior ao registro da pessoa jurídica no Conselho Regional de Nutricionistas.

Art. 2º O atestado de capacidade técnica para fins de comprovação de aptidão para desempenho de atividades deverá atender aos seguintes requisitos:

I. Ser emitido em papel com identificação da pessoa jurídica contratante dos serviços (razão social, CNPJ e endereço), datado e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

assinado pelo responsável legal da pessoa jurídica contratante e emitente do atestado, contendo os seguintes elementos:

a. identificação da empresa contratada

b. informações sobre os documentos que comprovam a prestação dos serviços descritos no atestado, tais como contrato, convênio, nota de empenho, ordem de serviço ou outro capaz de identificar o serviço, com indicação de data em que foi firmado/celebrado ou de emissão, conforme o caso e, se houver, número e outros dados;

(...)

f. descrever, detalhadamente, o serviço executado.

19. Portanto, dado que o contrato visa contratar empresa "(...) especializada para prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições (...)" entendemos que compete a um profissional de nível superior, nesse caso um nutricionista, treinar, orientar e supervisionar a manipulação e preparação de alimentos segundo a boa técnica exige, nos termos da Lei nº 8.234/91, assim como, evidenciamos que compete ao CFN fiscalizar e registrar a execução do serviço prestado por esse profissional em atendimentos ao que determina a Lei Geral de Licitações, consoante à Lei nº 5.276/67 c/c Resolução CFN nº. 603/2018." (grifou)

Observe que parece ter havido engano por parte da Representante RDJ em relação à deliberação atacada por recurso, uma vez que o Pedido de Reexame foi manejado em face da Decisão nº 5.988/2018. Tal falha foi inclusive corrigida pela aludida empresa, com a juntada de outra peça, na qual pede a suspensão do certame até decisão de mérito do recurso interposto contra os termos da Decisão nº 5.847/2018. Esse fato, no entanto, não prejudica o exame das Representações em questão.

Na Sessão Ordinária de 21/03/2019, o nobre Conselheiro **Manoel de Andrade**, no Voto lançado no Processo nº 4.498/2019, que trata de Representações de empresas em face do procedimento de **contratação emergencial** para a prestação do mesmo serviço de manipulação de alimentos e preparo de refeições, chamou a atenção para o fato de que a citada Resolução CFN nº 603/2018 somente produziria efeitos a partir de 120 (cento e vinte) dias. Ou seja, a exigência de registro dos licitantes no **Conselho Regional de Nutrição - CRN** somente seria exigível em junho de 2019, nos termos do art. 15 do normativo em comento:

"Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, **produzindo efeitos a partir de 120 (cento e vinte) dias úteis**, a contar do dia 17 de dezembro de 2018 (Prazo prorrogado pela Resolução CFN nº 613/2018) **ficando, a partir de então, revogada a Resolução CFN nº 510, de 16 de maio de 2012.**" (grifei)

Em arremate, Sua Excelência assevera que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

“ Nota-se que a justificativa para revogação é justamente a iminente homologação do Pregão Eletrônico nº 14/2016 – SEEDF, objeto do Processo TCDF nº 32.640/2016, de relatoria original do Conselheiro Renato Rainha.

Considerando que o mencionado certame também contempla a adoção da Resolução CFN nº 603/2018, portanto, a exigência do registro das licitantes no Conselho Regional de Nutrição, tendo a última decisão de mérito (Decisão Extraordinária nº 5.988/2018) tomado por fundamento tal normativo, parece-me adequado que a constatação de inexistência de efeitos válidos da norma seja levada ao conhecimento daquele feito, motivo pelo qual manifesto-me pela juntada do presente relatório/voto naqueles autos.

Mesmo sem me alvoraçar ao aprofundamento de mérito quanto à repercussão dessa constatação no âmbito do mencionado processo, flagrante está a iminência de homologação do certame, com consequente assinatura de contratos, situação que poderá consolidar dano irreparável ao interesse público, ao passo que limita a competitividade do certame com fundamento em norma ainda não eficaz e, via reflexa, alija direitos de participantes, que inclusive podem ofertar preços mais atrativos à Administração Pública.

*Portanto, **afigura-me pertinente que tal questão seja enfrentada com a devida urgência na análise em curso no Processo nº 32.640/2016**, motivo pelo qual penso ser o caso de autorizar a juntada de cópia do presente Relatório/Voto àquele feito.”*

De fato, o texto da Resolução CFN nº 603/2018 prevê que o normativo produzirá efeito a partir do mês de junho vindouro.

De qualquer forma, observo que estaria em vigor a Resolução CFN nº 510/2012, que repete, basicamente, o mesmo texto do normativo anterior. Vejamos:

“Art. 1º. O registro de Atestado para a Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividade nas áreas de Alimentação e Nutrição, previsto na lei geral de licitações, para fins de demonstração de qualificação técnica decorrente do desempenho de atividades, será feito no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) com jurisdição no local onde os serviços foram executados.

§ 1º. Para serem registrados pelo Conselho Regional de Nutricionistas, os atestados deverão apresentar serviços executados durante período do registro da prestadora no CRN e serem assinados por Nutricionista Responsável Técnico (RT) da pessoa jurídica emitente do atestado.

§ 2º. Nos casos em que a Pessoa Jurídica (PJ) que emitir o atestado não tenha Nutricionista em seus quadros, o registro somente ocorrerá se o documento estiver assinado pelo representante legal do emitente e as atividades tenham sido executadas durante período do registro da prestadora dos serviços no CRN.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Art. 5º. **Os atestados registrados nos Conselhos Regionais de Nutricionistas conferem à pessoa jurídica prestadora dos serviços a prerrogativa de participar em licitações,** promovidas em todo o território nacional, apresentando-os como prova de qualificação técnica, enquanto os serviços atestados se mantiverem compatíveis com as atribuições dos responsáveis técnicos da pessoa jurídica.

Art. 6º. **O registro de Atestados de Comprovação de Aptidão para Desempenho de Atividades constitui atividade de controle do Conselho Regional de Nutricionistas,** cabendo ao Presidente, ou a quem este delegar, autorizar o registro à vista das informações cadastrais apuradas pelo setor ou departamento competente do CRN.

Art. 7º. **Quando a pessoa jurídica necessitar participar de licitação,** na jurisdição de CRN em que desenvolve atividade, **o atestado deverá ser registrado no CRN local da prestação de serviço,** sendo cancelado na forma constante do Anexo III.”

(grifei)

Assim, a Resolução CFN nº 510/2012 já previa o registro dos atestados de capacidade técnica para fins de demonstração de qualificação técnica, restando válida a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no **Conselho Regional de Nutrição - CRN**, para fins de habilitação no certame.

No mesmo sentido, em recente deliberação do TJDF, no Mandado de Segurança nº 0711758-79.2018.8.07.0018, foi concedida a segurança para determinar a obrigatória exigência prévia de certificação dos atestados de comprovação técnica no **Conselho Regional de Nutrição - CRN**, tendo em conta os seguintes fundamentos:

“Disso se extrai que **a comprovação de aptidão para o desempenho do serviço é imposição legal** e, ainda, que a depender do bem a ser fornecido, esta poderá ter procedimento mais rigoroso.

O Conselho Federal de Nutrição, no exercício do Poder Regulamentar que lhe compete, editou a **Resolução nº 510/2012 dispondo sobre o registro de atestados para comprovação de aptidão para o desempenho de atividades nas áreas de alimentação e nutrição, estabelecendo, em seu art. 1º, os requisitos para o registro, perante os Conselhos Regionais de Nutrição, dos atestados de Capacidade Técnica,** in verbis:

(...)

Desta forma, entendo que , pois, como dito, referente ao direito à alimentação que possui como corolário direto o direito à saúde, a demandar maior rigor na comprovação dos requisitos à prestação do serviço.

Assim, diferentemente do que pretenderam as ils. Autoridades Coatoras, **não se trata de mera discricionariedade administrativa,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

tendo em vista que este procedimento possui previsão normativa específica, por isso mesmo **deve constar no Edital**, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes na comprovação da qualificação técnica.

Impende considerar que decisão tomada por outro Magistrado, em processo já sentenciado e sem conexão com este, não possui o condão de vincular a decisão deste Juiz, pois incindível o princípio do livre convencimento motivado.

De tal sorte, tratando-se de direito fundamental, correlato a própria saúde dos cidadãos, impositiva a adoção de medidas a salvaguardarem o núcleo essencial deste, por isso mesmo, a concessão da segurança é medida que se impõe.

DISPOSITIVO

Assim, forte na fundamentação acima exposta, **CONCEDO a SEGURANÇA para DETERMINAR as ils. Autoridades Coatoras a observância dos requisitos previstos na Resolução nº 510/2012 do CFN no Pregão Eletrônico nº 141/2018 ou em qualquer outro que venha a lhe substituir.**

Revogo a liminar, **determinando**, no entanto, que havendo a retomada do objeto licitado, **haja a escorreita correção da regra editalícia, passando a constar a necessidade de prévia certificação dos atestados de comprovação técnica no CRN.**

(...)” (grifei)

Ademais, como bem ressalta o MPC/DF, a CFN nº 624, de 26/03/2019, expressamente, revogou a Resolução CFN nº 603/2018 e a Resolução CFN nº 613/2018, que prorrogou o prazo referido no primeiro normativo, bem assim reafirmou a vigência da Resolução CFN nº 510/2012, até que outra resolução a modifique ou revogue.

Nesse sentido, penso que a Decisão nº 5.988/2018 não carece de correção, uma vez se tratar de erro meramente formal e não material, cabendo apenas ajuste redacional de ofício, fazendo-se constar a Resolução CFN nº 510/2012, onde se lê Resolução CFN nº 603/2018.

Assim, penso que, no mérito, as Representações ofertadas pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – Eireli** (peças 300, 312 e 321) não merecem acolhimento por esta Corte, uma vez que questionam exigências que encontram respaldo em decisões exaradas por este Tribunal e pelo Poder Judiciário.

De outro giro, data máxima vênua, deixo de acolher a sugestão ofertada pelo MPC/DF no sentido de que este Plenário determine a alteração da redação do edital para que as exigências relacionadas no item 11.1.3.1.1 sejam suprimidas da fase de habilitação e exigidas quando da assinatura do ajuste, nos seguintes termos:

“IV - determine à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que **altere a redação do item 11.1.3.1.1 do Edital do Pregão Eletrônico – SRP n.º 14/2016-SUAG/SE-DF no sentido de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

que as exigências de disponibilização e manutenção de ao menos 01 (um) profissional nutricionista no quadro de funcionários da empresa (caput); de comprovação de contratação de profissional nutricionista com a empresa interessada no objeto licitado (alínea “b”); e de que os atestados técnico-profissionais emitidos por Conselhos de outra região sejam visados pelo Conselho Regional do Distrito Federal para que tenham validade (alínea “d”), **sejam exigidas somente quando da assinatura do ajuste**; (grifei)

No caso, observo que a primeira versão do edital exigia a comprovação em tela ainda na fase de habilitação. Todavia, o Despacho Singular nº 528/2016-GCIM, ratificado pela Decisão nº 5.636/2016, determinou a devida correção, transferindo para a assinatura do contrato, na forma agora proposta pelo douto Parquet:

“III. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que promova a alteração da redação da alínea “f” do item 11.1.3 do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016- SE, de modo a passar a exigir comprovação de vínculo de responsável técnico legalmente habilitado junto à empresa licitante **somente quando da assinatura do contrato, podendo o vínculo ser demonstrado mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum, conforme jurisprudência pacífica desta Corte**, adotando, na sequência, o rito estabelecido no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, devendo a jurisdicionada enviar a documentação comprobatória ao Tribunal quanto às providências implementadas no prazo de 5 (cinco) dias;” (negritei)

A Decisão nº 5.786/2016 considerou cumprida a diligência, uma vez que a Jurisdicionada apresentou nova versão do edital (peça 270), com a seguinte redação para o item em questão:

“11.1.3.1. Deverá ser apresentado para fins de comprovação de qualificação técnica:

11.1.3.1.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) de que a empresa está habilitada para desenvolver os serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, devendo A licitante apresentar declaração, sob pena de inabilitação que disponibilizará e manterá no seu quadro de funcionários, **quando da assinatura do Contrato**, 01 (um) profissional Nutricionista por lote de participação designado a acompanhar a execução dos serviços nas Coordenações Regionais de Ensino, observadas as seguintes condições:

- a) é vedada a indicação de um mesmo Nutricionista como Responsável Técnico por mais de uma empresa proponente;
- b) o vínculo empregatício do profissional Nutricionista deve ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS), ou ficha de registro de empregado, ou contrato de prestação de serviço para o empregado, ou do Contrato Social no caso de ser Sócio ou proprietário;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

- c) os profissionais Nutricionistas devem estar devidamente registrados e em situação regular no CRN do Distrito Federal; e
- d) a Certidão de Registro no CRN fora do Distrito Federal deverá estar devidamente visada pelo CRN

do Distrito Federal, no ato da assinatura do Contrato.”

concluindo, verifico que antes de ser remetido para o exame das Representações em questão, o feito encontrava-se em fase de análise de admissibilidade de Pedido de Reexame formulado pela empresa **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – Eireli** contra os termos da Decisão nº 5.847/2018. Naquela oportunidade, o ilustre Conselheiro **Manoel de Andrade**, nos termos do Despacho Singular nº 44/2019-GCMA, havia determinado o envio do presente processo ao **Ministério Público de Contas do Distrito Federal – MPC/DF**. Tendo o douto Parquet manifestado acerca da peça recursal no Parecer nº 201/2019– G3P, penso que os autos podem ser devolvidos ao Gabinete do Relator recursal.

Por último, conforme lembra a SEACOMP, ainda pende de exame o mérito do Pedido de Reexame interposto em face do item 1 da Decisão nº 4.707/2018 (peça 190 e 197), cuja peça recursal foi conhecida pelo Tribunal por meio da Decisão nº 5.197/2018 (peça 199).

Assim, à luz dos elementos informativos carreados aos autos e diante do resultado da análise neles realizada pela Unidade Instrutiva e pelo douto Parquet, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - conheça das Representações ofertadas pelas empresas **El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP** (peça 263), **RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP** (peça 266) e pela **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** (peças 267, 300, 312 e 321) em face do Pregão Eletrônico SRP nº 14/2016 – SE, lançado pela **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF**, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II - retifique os termos da Decisão nº 5.988/2018 para, onde se lê “Resolução CFN nº 603/2018” leia-se “Resolução CFN nº 510/2012”;

III - autorize:

- a) o fornecimento de cópia integral dos autos à empresa **RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI**, conforme requerido;
- b) a ciência da Jurisdicionada e das empresas representantes; e
- c) a devolução dos autos à SEASP e posterior envio ao Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade, Relator recursal” (grifos originais).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Apresentado o referido voto pelo Relator, o i. Conselheiro **Manoel de Andrade** lançou voto divergente, nos termos de sua **Declaração de Voto** de e-DOC E0DACB82-e, transcrita a seguir, com ajustes de forma:

“Sem adentrar no mérito das questões alvitadas nas peças analisadas pelo Relator, numa análise perfunctória dos autos verifico a presença de indícios que demandam uma ação urgente e tempestiva desta Corte, mormente em face do potencial impacto lesivo ao erário distrital.

Isso porque, da breve análise do expediente encaminhado pela Jurisdicionada a esta Corte, autuado sob o e-DOC nº. 7CA8CCEB-c, ainda não juntado aos autos, mas referenciado na aba “informações” do e-TCDF, verifico que algumas empresas foram inabilitadas pela não apresentação de atestado com o devido registro no CRN.

Inclusive, digno de apontamento que nas respostas do pregoeiro aos recursos manejados pela empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – EIRELLI, é possível verificar que o mesmo, em suas razões, assevera que “a IMPETRANTE foi inabilitada por não apresentar o atestado com o devido registro no CRN e com característica compatíveis ao objeto licitado, nos moldes previstos no edital, conforme demonstrado acima”. Cumpre salientar que se verifica tal assertiva, ipsis litteris, às páginas 298 e 348 do e-DOC nº. 7CA8CCEB-c.

Impende consignar que às páginas 371/373 do e-DOC nº. 7CA8CCEB-c, consta a manifestação da Subsecretária de Administração Geral da Jurisdicionada acerca dos recursos aviados pelas empresas RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – EIRELLI, em relação ao lote 03, e INTERATIVA DED. HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA., quanto ao lote 04, onde a mesma registra o seguinte:

“Alegam as recorrentes, em síntese, a ilegalidade na exigência de os Atestados de Capacidade Técnica serem registrados no Conselho Regional de Nutrição (CRN).

Nada obstante, esse não é o entendimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual se manifestou pela legalidade da exigência do registro no CRN na Decisão TCDF nº 59.88/2018, prolatada em 17 de dezembro de 2018, por encontrar amparo na Lei nº 8.234/1991 e na Resolução CFN nº 603/2018.

Assim, os atestados apresentados pelas empresas supracitadas não atendem aos requisitos técnicos solicitados no edital por falta de registro no CRN”.

É válido relatar que, às páginas 423/425 do e-DOC nº. 7CA8CCEB-c, verifica-se que a citada Subsecretária de Administração Geral, repisa os mesmos termos acima transcritos.

Causa espanto tais assertivas, notadamente porque, conforme bem salientado pelo i. Conselheiro Renato Rainha, a primeira versão do edital exigia a comprovação em tela ainda na fase de habilitação, mas esta Corte, através o Despacho Singular nº. 528/2016 –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

GCIM, devidamente ratificado pela Decisão nº. 5636/2016, determinou que a referida comprovação técnica fosse demonstrada somente quando da assinatura do contrato.

Salienta-se, ainda, que este Plenário considerou cumprida a diligência determinada pelo citado despacho singular, conforme se pode verificar da Decisão nº. 5786/2016, tendo em conta a nova versão do edital apresentada pela Jurisdicionada, autuado nesta Corte sob o e-DOC nº. (89EB2605-e).

Assim, pelo menos em relação ao lote 03, salta cristalina **a ilegalidade da desclassificação da proposta** da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – EIRELLI, **“por não apresentar o atestado com o devido registro no CRN e com característica compatíveis ao objeto licitado, nos moldes previstos no edital, conforme demonstrado acima”**, bem como **do desprovento do recurso manejado** ao argumento de que **“os atestados apresentados pelas empresas supracitadas não atendem aos requisitos técnicos solicitados no edital por falta de registro no CRN”**.

Fora isso, de se destacar que além de ilegal a conduta dos citados responsáveis, representa verdadeira afronta aos termos do edital, representando, por via reversa, até mesmo o descumprimento de decisão desta Corte, considerando que este eg. Plenário determinou a correção do edital para que comprovação técnica fosse exigida apenas na assinatura do ajuste.

Em juízo de cognição sumária, pode-se concluir que **a errônea desclassificação da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – EIRELLI, pelo menos em relação ao lote 03, afastou o erário do menor preço, considerando a diferença entre a proposta anual apresentada pela empresa vencedora (e inabilitada), e aquela demonstrada pela empresa habilitada, resultando na exclusão da proposta mais vantajosa.**

Insta salientar que, nessa linha de raciocínio, pode-se facilmente deduzir que, possivelmente, possam ter havido outras propostas desclassificadas simplesmente pela ausência de apresentação/comprovação do registro de atestados de capacidade técnica operacional da empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição – CRN.

Isso porque, acaso tal exigência não tenha sido verificada em relação a outras empresas, o princípio da impessoalidade, regente dos procedimentos licitatórios, também estaria violado neste momento, podendo, a partir de então, até se trilhar o caminho de eventual fraude ao Pregão em análise.

Assim, entendo que tais fatos já são suficientes para despertarem uma ação urgente e acautelatória por parte desta Corte, mormente em razão da flagrante possibilidade de afastamento do erário da proposta mais vantajosa e do consequente prejuízo ao erário distrital.

Aliando-se tais elementos aos pontos relevantes levantados pelo i. representante do MPJTCD, em seu Parecer nº. 201/2019 - G3P



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

(disponibilização e manutenção de ao menos 01 (um) profissional nutricionista no quadro de funcionários da empresa licitante, quando da habilitação - caput do item 11.1.3.1.1; contratação do profissional nutricionista com a empresa interessada no objeto licitado - alínea "b" do item 11.1.3.1.1; e exigência de que os atestados técnico-profissionais emitidos por Conselhos de outra região deverão ser visados pelo Conselho Regional do Distrito Federal para que tenham validade - alínea "d" do item 11.1.3.1.1), fica mais do que evidente a necessidade de atuação desta Corte, com vistas a resguardar o erário.

Nessa esteira, considerando a existência de elementos com potencialidade lesiva em face de interesses públicos relevantes assegurados em lei, tendo em conta a competência das Cortes de Contas para determinar providência cautelar indispensável à garantia da preservação do interesse público e da efetividade de deliberações tomadas em processos de fiscalização por elas conduzidos, entendo ser necessário, no mínimo, seja determinado que a Jurisdicionada se abstenha de assinar contrato até deliberação final desta Corte.

Tal medida, além de representar o exercício do poder de cautela, pelo Tribunal de Contas, destina-se a garantir a própria utilidade da deliberação final a ser tomada, em ordem a impedir que o eventual retardamento na apreciação do mérito da questão suscitada culmine por afetar, comprometer e frustrar o resultado definitivo do exame da controvérsia.

A grandiosidade dos montantes estimados, ao lado da gravidade e da robustez dos indícios de irregularidades parecem, à primeira vista, respaldar a medida.

Cumpre destacar que o expediente autuado sob o e-DOC nº. 7CA8CCEB-c, também dá conta que os lotes 01 e 04 já foram adjudicados, o que, no meu sentir, denota uma atuação intempestiva desta Corte, haja vista a atual fase do certame.

É de suma importância salientar que, especificamente no âmbito de atuação dos tribunais de contas, a demora do provimento final pode trazer danos à sociedade, na medida em que os interesses tutelados pelo órgão de controle compreendem o interesse público na ótima aplicação dos recursos da sociedade, na execução das políticas públicas em conformidade com o estabelecido em lei, na obediência às normas constitucionais e legais; enfim, na gestão adequada da coisa pública.

Tal fato, também, por si só, já autorizaria e daria suporte à determinação para que a Jurisdicionada se abstenha de assinar contrato, pelo menos, até deliberação desta Corte acerca das citadas peças.

É nesse contexto que entendo que o caso já comportaria elementos suficientes para determinar à Jurisdicionada que se abstenha de assinar contratos relativos aos lotes do Pregão em análise, até apreciação definitiva da matéria, notadamente em razão da presença do fumus boni iuris, que seria a existência dos consistentes e citados



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

indícios de ilegalidades, e o perigo da demora se demonstra na medida que uma demora desta Corte pode vir a prejudicar ou inviabilizar os atos processuais, causando danos ao erário ou mesmo criando situações irreversíveis.

A notória e tradicional lentidão da justiça, gerou a clássica teoria da cautelaridade, que não é uma particularidade do processo jurisdicional, aplicando-se também na seara do processo administrativo, já que a demora natural da decisão final pode tornar o direito não efetivo, causando prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação, o que enseja a necessidade de construir técnicas que sejam capazes de conter o efeito “corrosivo” do tempo sobre os direitos.

Assim sendo, nesta oportunidade, com vistas a resguardar o erário, com as vênias de estilo ao Relator, entendo que faz-se imperioso que esta Corte determine à Secretaria de Estado de Educação – SE/DF, que se abstenha de assinar contratos relativos aos lotes do Pregão em análise, até apreciação definitiva da matéria” (grifos do original).

Na ocasião, pedi vista do processo, para melhor compreensão do assunto, adiando o julgamento da matéria, nos termos da Decisão n.º 1.301/2019 (e-DOC E79FBC98-e).

Após compulsar os autos, entendo, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, que o Plenário deva acolher, em essência, a proposta de encaminhamento apresentada pelo d. Relator, Conselheiro Renato Rainha, sem prejuízo das considerações e acréscimos que proponho, conforme passarei a expor.

No que se refere à admissibilidade das representações formuladas pelas empresas **El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP** (peça 263), **RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP** (peça 266) e **RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI** (peças 267, 300, 312 e 321), o n. Relator arguiu, em síntese, que, *“em que pese reconhecer que as Representações apresentam indícios muito tênues de ilegalidade ou irregularidade”, o Tribunal deve conhecer das aludidas peças, “uma vez que restam caracterizadas a legitimidade e a tempestividade, bem assim presente a possibilidade de prejuízos injustificados aos cofres públicos”.*

Semelhantemente, o MPJTCDF, por intermédio do Parecer n.º 201/2019-G3P (peça 323), opinou pela admissibilidade das referidas representações.

Ressalte-se que a unidade instrutiva propôs à Corte não conhecer das peças 263, 266, 267, 300 e 312, por não preencherem o requisito de admissibilidade contido no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF⁸. A peça 321 foi protocolada pela sociedade empresária RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI após a última manifestação do corpo instrutivo.

⁸ “III - apresentar o indício concernente à irregularidade ou ilegalidade identificadas, com a identificação, sempre que possível, dos princípios constitucionais, dispositivos legais ou regulamentares violados e o potencial impacto lesivo do ato inquirido;” (g.n.).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Dito isso, considero acertado o entendimento do d. Conselheiro Renato Rainha quanto à admissibilidade das representações, acrescentando aos seus substanciosos fundamentos o fato de que, independentemente das disposições do Regimento Interno do TCDF, que embasaram a sugestão da área instrutiva pelo não conhecimento das peças, os licitantes possuem prerrogativa de representação perante este Tribunal por força direta do art. 113, § 1º, da Lei Geral de Licitações e Contratos⁹.

Assim, cabe ao TCDF dar jurisdição às demandas das empresas licitantes, conhecendo, como representação, as peças 263, 266, 267, 300, 312 e 321.

Neste momento, cumpre registrar que, em 19.12.2018, a empresa **Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.** protocolou representação, nos termos da peça 277, apontando supostas irregularidades no edital do pregão em epígrafe.

A admissibilidade da mencionada peça foi examinada pela unidade instrutiva por meio da Informação n.º 339/2018-4ª Diacomp, da qual consta proposta para que a representação da empresa Servegel não seja conhecida, também por não atender ao requisito de admissibilidade previsto no art. 230, § 2º, inciso III, do RI/TCDF.

No entanto, não identifiquei, no voto do e. Conselheiro Renato Rainha, menção à citada representação.

Diante disso, com as vênias de estilo, tenho que o Plenário deva, pelos mesmos fundamentos já expostos, conhecer da representação contida na peça 277, manejada pela empresa Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda.

Adentrando ao mérito das representações, forçoso reconhecer, em harmonia com o i. Conselheiro Renato Rainha, com adendo em relação à representação da Servegel, que, muito embora a área instrutiva tenha apresentado sugestões no sentido de que as peças 263, 266, 267, 277, 300 e 312 não sejam conhecidas, o percuente exame empreendido pelo corpo instrutivo acabou por enfrentar e refutar, de maneira adequada e suficiente, as insurgências formuladas pelas empresas representantes.

Dessa feita, penso que as análises contidas nas Informações n.ºs 334/2018-4ª Diacomp, 339/2018-4ª Diacomp, 42/2019-4ª Diacomp e 65/2019-4ª Diacomp servem de suporte para que o Tribunal considere improcedentes as representações em tela.

Acerca da representação de peça 321, que não contou com a manifestação prévia da área instrutiva, frisa-se que seu conteúdo, no que pertine a esta fase ordinária, tem objetivo precípuo semelhante ao que fora pleiteado no bojo da peça 312 pela mesma empresa (RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI).

⁹ “§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.” (destaquei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Mediante a peça 312, a empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI requereu concessão de cautelar para suspensão do certame até o julgamento de mérito do pedido de reexame interposto contra os termos da Decisão n.º 5.988/2018 e, no mérito, que a Corte determine “*a anulação de todos os atos que foram adotados com amparo na Decisão n.º 5.988/16, antes do exame de mérito do recurso interposto contra essa decisão*”.

Na peça 321, por sua vez, a mencionada sociedade empresária pugnou por liminar para que a SE/DF se abstenha de dar prosseguimento ao pregão até decisão de mérito do recurso interposto contra a Decisão n.º 5.847/2018 e, no mérito, pela “*anulação de todos os atos que foram adotados em data posterior à edição da Decisão n.º 5.847/18, antes do exame de mérito do recurso interposto contra essa decisão*”.

Em relação à peça 312, bem afirmou a área instrutiva e o e. Conselheiro Renato Rainha que não há qualquer recurso interposto contra a Decisão n.º 5.988/2018, restando, portanto, afastada a pretensão da Representante.

Contudo, de fato, em 23.01.2019, a empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI manejou Pedido de Reexame (peça 288) contra os termos da Decisão n.º 5.847/2018, requerendo que o Tribunal, no mérito, determine que seja alterado o edital do certame de modo a permitir que os atestados de capacidade técnica sejam apresentados sem registro em qualquer conselho ou que se aceite registro dos atestados no Conselho Regional de Nutrição ou no Conselho Regional de Administração.

A admissibilidade desse recurso, que ainda carece de apreciação pelo Colegiado, foi analisada pelo Núcleo de Recursos/TCDF por meio da Informação n.º 15/2019-Nurec (peça 293), que se manifestou pelo não conhecimento do Pedido de Reexame.

Recorde-se que mediante a decisão atacada – Decisão n.º 5.847/2018, o Tribunal, em suma, no que pertine, determinou à SE/DF que “*exclua do Edital em referência os dispositivos que remetem à exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Administração (CRA)*”, e autorizou a continuidade do certame.

Em seu voto, já supratracrito nesta manifestação de vista, o Conselheiro Renato Rainha, de forma detalhada, demonstrou que a Resolução n.º 510/2012, do Conselho Federal de Nutrição – CFN, prevê o registro de atestados de capacidade técnica para fins de demonstração de qualificação técnica, “*restando válida a exigência de atestado de capacidade técnica registrado no Conselho Regional de Nutrição - CRN, para fins de habilitação no certame*”.

Frisou que a Resolução n.º 613/2018-CFN reafirmou a vigência da Resolução n.º 510/2012-CFN, até que outra resolução a modifique.

O n. Relator acrescentou, ainda, que tal exigência editalícia guarda consonância com o decidido pelo Poder Judiciário em 15.03.2019, no âmbito do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Mandado de Segurança n.º 0711758-79.2018.8.07.0018-TJDFT¹⁰, quando se determinou que “haja a escorreita correção da regra editalícia, passando a constar a necessidade de prévia certificação dos atestados de comprovação técnica no CRN”.

O Conselheiro Renato Rainha afirmou, então, que caberia apenas ajuste redacional na Decisão n.º 5.988/2018, *“fazendo-se constar a Resolução CFN nº 510/2012, onde se lê Resolução CFN nº 603/2018”*.

E concluiu que as representações da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI não merecem acolhimento, uma vez que questionam exigências do instrumento convocatório que encontram pleno respaldo em decisões do TCDF e do Poder Judiciário.

Assim, à luz dos elementos que permeiam o presente feito, por entender que seus fundamentos não merecem reparos, acompanho o i. Relator também em relação ao mérito da representação de peça 321.

Consequentemente, não vejo como acolher a proposta de encaminhamento trazida pelo 1º Revisor, d. Conselheiro Manoel de Andrade, rogando-lhe respeitáveis vênias.

Sobre a declaração de voto ofertada pelo i. Revisor, tenho por pertinente esclarecer alguns pontos que justificam a minha divergência.

Verifico que o e. Conselheiro Manoel de Andrade, em síntese, fundamenta sua proposta de concessão de medida cautelar para determinar que a SE/DF não assine contratos decorrentes do pregão em comento, *“até apreciação definitiva da matéria”* pelo Tribunal, por entender que seria *“cristalina a ilegalidade da desclassificação da proposta da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial – EIRELI”*.

A ilegalidade seria decorrente de *“afronta aos termos do edital, representando, por via reversa, até mesmo o descumprimento de decisão desta Corte, considerando que este eg. Plenário determinou a correção do edital para que comprovação técnica [apresentar o atestado com o devido registro no CRN] fosse exigida apenas na assinatura do ajuste”*.

A decisão do Tribunal que teria sido descumprida, segundo o n. 1º Revisor, é o Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM, da minha lavra, ratificado pelo Plenário mediante a Decisão n.º 5.636/2016.

Ocorre que, com as devidas vênias ao Conselheiro Manoel de Andrade, o decidido no Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM em nenhum momento abordou a exigência editalícia ora em debate, alusiva ao registro de atestados no conselho de fiscalização profissional de nutrição.

A redação do item III da referida deliberação monocrática é clara em apenas estabelecer o momento da assinatura do contrato para a comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa licitante.

¹⁰ “(...) Pregão Eletrônico n.º 141/2018, (...) contratação de empresa para a prestação de serviços de alimentação e nutrição, por meio da gestão de restaurante popular, a partir do preparo, fornecimento e distribuição de refeições, atendendo às demandas da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Vejamos, *in verbis*:

*“III. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que promova a alteração da redação da alínea “f” do item 11.1.3 do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016- SE, de modo a passar a exigir **comprovação de vínculo de responsável técnico legalmente habilitado junto à empresa licitante** somente **quando da assinatura do contrato**, podendo o vínculo ser demonstrado mediante contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum, conforme jurisprudência pacífica desta Corte, adotando, na sequência, o rito estabelecido no art. 21, § 4º, da Lei n.º 8.666/93, devendo a jurisdicionada enviar a documentação comprobatória ao Tribunal quanto às providências implementadas no prazo de 5 (cinco) dias;” (grifei)*

O edital, por sua vez, conforme já exposto no voto do Relator deste feito, assim exigiu¹¹:

“11.1.3.1. Deverá ser apresentado para fins de comprovação de qualificação técnica:

*11.1.3.1.1 Certidão de Registro no Conselho Regional de Nutrição (CRN) de que a empresa está habilitada para desenvolver os serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, devendo A licitante apresentar declaração, sob pena de inabilitação que **disponibilizará e manterá no seu quadro de funcionários, quando da assinatura do Contrato, 01 (um) profissional Nutricionista por lote de participação designado a acompanhar a execução dos serviços nas Coordenações Regionais de Ensino, observadas as seguintes condições:***

- a) é vedada a indicação de um mesmo Nutricionista como Responsável Técnico por mais de uma empresa proponente;*
- b) o vínculo empregatício do profissional Nutricionista deve ser comprovado mediante apresentação de cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS), ou ficha de registro de empregado, ou contrato de prestação de serviço para o empregado, ou do Contrato Social no caso de ser Sócio ou proprietário.;*
- c) os profissionais Nutricionistas devem estar devidamente registrados e em situação regular no CRN do Distrito Federal; e*
- d) a Certidão de Registro no CRN fora do Distrito Federal deverá estar devidamente visada pelo CRN do Distrito Federal, no ato da assinatura do Contrato.*

*11.1.3.1.2 Do **Atestado de Capacidade - Atestado(s) de capacidade técnica, devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Nutrição (CRN)** da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este Conselho, que*

¹¹ e-DOC 89EB2605-e.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

comprove ter a empresa executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, execução dos serviços de cocção de alimentos com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do efetivo previsto para cada lote que virá a concorrer. (referências legais: Resolução CFN nº 378/2005; Resolução nº CFN nº 510/2012).” (grifos acrescentados).

Assim, entendo que não há que se falar em descumprimento do edital ou de decisão desta Corte por parte da jurisdicionada quando da desclassificação da empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI por não apresentar atestados registrados no CRN.

Cumpra sublinhar, ainda, que os comandos editalícios supratranscritos estão de acordo com o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, consubstanciado no recente Acórdão n.º 531/2019-Tribunal Pleno¹², de 13.03.2019.

Naqueles autos, o TCE/PR havia deferido liminar para suspender o Pregão Eletrônico n.º PG/SMGP-0006/2019, do Município de Londrina, por constatar indícios de irregularidades quanto à seguinte exigência:

“item 19.4.III - de Certidão de Registro e Quitação emitido pelo Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região, comprovando que tanto a empresa quanto o responsável técnico se encontram em situação regular com o Conselho Regional de Nutricionistas – CRN” (grifos acrescentados).

O objeto daquela licitação era a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de preparo de alimentação aos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o período de 12 (doze) meses.

O Município de Londrina, então, esclareceu que reformulou o respectivo instrumento convocatório, da seguinte forma:

“Conforme se verifica, a prova de regularidade deve ser feita relativamente à sede da empresa no momento da habilitação¹. Caso se sagre vencedora, deverá providenciar seu registro junto ao Conselho Regional de Nutricionistas da 8ª Região, nos termos do artigo 11 da Resolução 603/2018-CFN” (destaquei).

Diante disso, o TCE/PR, mediante o Acórdão n.º 531/2019-Tribunal Pleno, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Artagão de Mattos Leão, autorizou o prosseguimento da licitação, por vislumbrar “o cumprimento dos princípios constitucionais da isonomia e da competitividade, mantendo a finalidade do procedimento licitatório quanto à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública”, ressaltando que trata-se de prestação de serviços de merenda escolar, “cuja manutenção da suspensão do certame pode trazer maiores prejuízos aos jurisdicionados, invertendo o conceito principal das medidas acautelatórias”.

¹² <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2019/3/pdf/00335420.pdf>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Note-se, assim, que o TCE/PR teve por adequada a exigência de registro das licitantes no conselho de fiscalização profissional de nutrição do local da sede das empresas, requerendo-se posterior registro no conselho regional do local da prestação de serviços apenas da empresa vencedora.

Como se vê acima, tal regramento é o mesmo do que consta no item 11.1.3.1.1, *caput* e alínea “d”, do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE.

Por pertinente, anoto, também, que mediante o Acórdão n.º 824/2019-Tribunal Pleno, o TCE/PR decidiu que o registro das empresas no Conselho de Nutrição não seria necessário no caso da Concorrência Pública n.º 06/2018, do Município de Colombo, que tinha por objeto a contratação de prestação de serviços continuados de limpeza e conservação e de merendeira.

Naquela ocasião, a eg. Corte de Contas Paranaense seguiu o posicionamento do Relator, Conselheiro Fábio de Souza Camargo, segundo o qual, *“para se exigir o registro no conselho de classe a pessoa jurídica deve ter o controle do processo, seja na fabricação, fornecimento ou preparação do alimento”*.

Entretanto, arguiu que, no objeto lá examinado, *“fica claro que o simples fornecimento de mão de obra de merendeiras não se enquadra em qualquer das hipóteses elencadas”*.

Concluiu que *“o fornecimento dos alimentos e controle nutricional estará a cargo do Município e, portanto, não se mostra aplicável a exigência de registro no conselho de nutrição a quem somente fornecerá mão de obra de merendeiras”*.

Verifico que a circunstância identificada na mencionada Concorrência Pública n.º 06/2018, do Município de Colombo, é diversa da examinada nos presentes autos.

Isso porque, segundo o item 7.2 do edital do Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE (peça 270), *“A prestação dos serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para aporte ao PAE-DF, objeto deste Termo de Referência, dar-se-ão na forma de refeições elaboradas por **cozinheiros qualificados** como mão de obra da Contratada, mediante **operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades que garantam uma alimentação balanceada; em condições higiênico-sanitárias adequadas e em conformidade com os padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes e ainda de acordo com as seguintes especificidades**” (g.n.).*

O item 7.3 do instrumento convocatório prevê que *“A metodologia da prestação dos serviços engloba **todas as etapas do processo** de preparação e distribuição de refeições aos alunos”, considerando uma estimativa de **“500 (quinhentas) mil refeições/dia”** (grifei).*

Há também o regramento de que o nutricionista da empresa contratada seja responsável *“pelo controle, acompanhamento, orientação e supervisão dos serviços que serão executados pelos cozinheiros no âmbito da Unidade escolar. Estes profissionais deverão realizar visitas mensais em todas as Unidades Escolares, elaborando **relatório técnico** que deverá ser encaminhado à*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (UNIAE) das CRE's, informando as não conformidades encontradas quanto aos cozinheiros responsáveis pela manipulação de alimentos, bem como as orientações realizadas para sanar as não conformidades" (item 9.1.1, alínea "oo" – grifos acrescidos).

Ressalto, ainda, que, além do processo judicial mencionado pelo e. Conselheiro Renato Rainha, identifiquei, a partir de pesquisa realizada pelo meu Gabinete, que a empresa **Interativa – Dedetização, Higienização e Conservação Ltda.** impetrou mandado de segurança no TJDF contra ato coator supostamente praticado pelo pregoeiro da licitação em tela (Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE), conforme consta do **Processo n.º 0700559-26.2019.8.07.0018-TJDF**.

A empresa alegou que, *"muito embora tenha se sagrado vencedora ao apresentar a menor proposta, foi inabilitada do certame ao argumento de que seus atestados de capacidade técnica não estariam registrados no Conselho Regional de Nutrição (CRN)", tendo argumentado "que a mencionada exigência frustraria a competitividade do certame, frisando que seus atestados eram devidamente averbados pelo Conselho Regional de Administração (CRA), entidade competente para o registro da atividade preponderante da impetrante".*

O e. Juiz de Direito Substituto André Silva Ribeiro, em sede de liminar, afirmou, em 25.01.2019, que a exigência de registro dos atestados no CRN, *"além de **expressamente elencada em edital, guarda clara pertinência temática em relação ao objeto do certame, qual seja, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manipulação de alimentos e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal**" (destaquei), indeferindo, portanto, a medida cautelar requerida.*

Ao julgar o mérito, em sentença do dia 22.03.2019, o Exmo. Magistrado acrescentou que:

"(...) a Lei n. 6.583/1978 prevê no parágrafo único do art. 15 que 'É obrigatório o registro nos Conselhos Regionais das empresas cujas finalidades estejam ligadas à nutrição, na forma estabelecida em regulamento.'

Por seu turno, o regulamento da matéria é o Decreto no 84.444/1980, que dispõe:

Art. 18. As empresas cujas finalidades estejam ligadas à nutrição e alimentação ficam obrigadas à inscrição no Conselho Regional de Nutricionistas em que tenham suas respectivas sede. Parágrafo único. Consideram-se empresas com finalidades voltadas à nutrição e alimentação:

- a) as que fabricam alimentos destinados ao consumo humano;*
- b) as que exploram serviços de alimentação em órgãos públicos ou privados;***

(...)" GRIFEI



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.:32640/16e

Como se vê, além de expressamente elencada em edital, a exigência de registro no CRN conta com previsão legal, razão pela qual não há direito líquido e certo a ser protegido” (grifos originais).

Diante disso, foi denegada a segurança, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Nesse cenário, não vejo como afastar a exigência de registro das empresas no CRN, tampouco a necessidade de registro dos atestados no mesmo conselho, para fins de comprovação da capacidade técnica dos licitantes, conforme normativos de regência já mencionados, com destaque para a Resolução n.º 510/2012-CFN.

Em outra frente, imperioso também destacar que, conforme consta da manifestação do pregoeiro à fl. 298 do e-DOC 7CA8CCEB-e, a empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI não foi inabilitada apenas por não apresentar atestados com registro no Conselho Regional de Nutrição.

Mas também porque a referida sociedade empresária, “*na contramão da determinação editalícia, anexou para fins de comprovação da sua qualificação técnica, dezenas de atestados de capacidade técnica que não comprovam a execução dos serviços almejados na contratação”* (g.n.).

Desse modo, infere-se que nem mesmo se viesse a ocorrer uma modificação do entendimento deste Colegiado sobre o cabimento de se exigir registros de atestados no CRN a empresa RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI lograria êxito em ser habilitada no Pregão SRP n.º 14/2016-SE/DF, ante a incompatibilidade de seus atestados com o objeto da licitação, conforme apurado pela SE/DF.

Quanto à valorosa preocupação do i. Conselheiro Manoel de Andrade, referente à possibilidade de a inabilitação de empresas que não registraram atestados no Conselho Regional de Nutrição resultar em preços desvantajosos para a Administração, impende assinalar que mediante o item III.b da Decisão n.º 5.847/2018 o Plenário determinou à jurisdicionada que encaminhe ao Tribunal, “*em até 05 (cinco) dias da homologação, cópia da ata e demais documentos que suportem o resultado do certame, esclarecendo que esta Corte verificará se o preço ofertado pela licitante vencedora se encontra compatível com os valores de mercado*” (grifei). Assim, penso estar suficientemente superada essa importante questão.

Aliás, a meu ver, essa diligência do item III.b da Decisão n.º 5.847/2018, por si só, já constitui óbice à assinatura de contratos antes de nova manifestação do Tribunal, o que, em grande medida, supre a medida cautelar aventada pelo 1º Revisor.

Em outras palavras, estando pendente análise da Corte quanto à regularidade dos preços da licitação, entendo que a jurisdicionada ainda não está autorizada a proceder as contratações resultantes do certame, o que afasta a existência de *periculum in mora*, pressuposto necessário da medida cautelar que se pleiteia.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

Ainda, considerando que: **a)** a Resolução n.º 510/2012-CFN está em pleno vigor, e prevê o registro, no CRN, de atestados de capacidade técnica para fins de demonstração de qualificação técnica; **b)** por meio da Decisão n.º 5.988/2018 esta Corte considerou legal a exigência de registro dos atestados no conselho de nutrição; **c)** não há pedido de reexame contra a mencionada decisão plenária; **d)** o item 11.1.3.1.2 do instrumento convocatório estipulou que os atestados deveriam ser registrados no CRN; **e)** o TCE/PR, mediante o Acórdão n.º 531/2019-Tribunal Pleno, entendeu que as empresas prestadoras de serviços de preparo de merenda escolar no Município de Londrina estão submetidas à jurisdição do Conselho Regional de Nutrição; **f)** o Poder Judiciário recentemente se manifestou pela necessidade de prévia certificação dos atestados de comprovação técnica no CRN, em objeto semelhante, no bojo do Mandado de Segurança n.º 0711758-79.2018.8.07.0018-TJDFT; **g)** no âmbito do Processo n.º 0700559-26.2019.8.07.0018-TJDFT, o juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF denegou a segurança, considerando que a exigência prevista no item 11.1.3.1.2 do edital do pregão eletrônico em epígrafe (Pregão Eletrônico SRP n.º 14/2016-SE) guarda clara pertinência temática em relação ao objeto do certame e conta com previsão legal; **h)** mediante o Despacho Singular n.º 528/2016-GCIM não houve diligência acerca do registro de atestados no conselho de fiscalização profissional, mas tão somente quanto ao momento de demonstração do vínculo empregatício de responsável técnico com licitantes; **não** vislumbro ilegalidade nos procedimentos adotados pela Secretaria de Educação, **não** restando configurada a fumaça do bom direito apta a ensejar a medida cautelar sugerida pelo d. Conselheiro Manoel de Andrade.

É dizer, no meu sentir, que o conjunto probatório carreado ao feito é robusto no sentido de revelar ausência da probabilidade da existência do direito material buscado por via de cautelar.

Nesse juízo de cognição não exauriente, não há indicativo relevante (verossimilhança da alegação) de que as empresas representantes, em especial a RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI, virão a obter sucesso em seus pleitos com vistas a reformar o entendimento até aqui adotado por esta Corte sobre as questões que lhe foram submetidas nestes autos.

E nesse contexto, inclusive, o deferimento de medida cautelar para suspender licitação que visa contratar a prestação de serviços de manipulação e preparo de refeições para atender ao Programa de Alimentação Escolar teria maior potencial de produzir efeito de indesejável dano reverso.

Nessa esteira, ausentes os pressupostos para sua concessão, incabível o deferimento de cautelar.

Por fim, diante da relevância da matéria, embora o Conselheiro Renato Rainha já tenha mencionado, cumpre enfatizar que, além da necessidade de análise de admissibilidade do Pedido de Reexame (peça 288) interposto contra os termos da Decisão n.º 5.847/2018, pende de exame de mérito o Pedido de Reexame (peça 190) manejado pela empresa G&E Serviços Terceirizados Ltda. em face da Decisão n.º 4.077/2018, por meio da qual o Tribunal não conheceu das representações de peças 148 e 153, que versavam sobre temas alheios ao assunto



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.:32640/16e

da qualificação técnica. O citado recurso foi conhecido por intermédio da Decisão n.º 5.197/2018, sem efeito suspensivo (peça 199).

Face ao exposto, em harmonia com o n. Relator, Conselheiro Renato Rainha, com os acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) das representações formuladas pelas empresas El Dourado Serviços Profissionais EIRELI – EPP (peça 263), RBX Alimentação e Serviços EIRELI EPP (peça 266), Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional Ltda. (peça 277) e RDJ Assessoria e Gestão Empresarial EIRELI (peças 267, 300, 312 e 321), para, no mérito, considerá-las improcedentes;
 - b) das Informações n.ºs 334/2018-4ª Diacomp, 339/2018-4ª Diacomp, 42/2019-4ª Diacomp e 65/2019-4ª Diacomp (peças 272, 279, 304 e 313);
 - c) do Parecer n.º 201/2019-G3P (peça 323);
- II. retifique a redação do item I.a da Decisão n.º 5.988/2018 para que, onde se lê “Resolução CFN n.º. 603/2018”, leia-se “Resolução CFN n.º 510/2012”;
- III. dê ciência da decisão a ser proferida à Secretaria de Educação do Distrito Federal – SE/DF e aos representantes legais das empresas nominadas no item I.a;
- IV. autorize:
 - a) o fornecimento de cópia integral dos autos à empresa RDJ Assessoria Gestão Empresarial EIRELI, conforme requerido;
 - b) a devolução dos autos ao Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade, Relator da fase recursal, para apreciação da admissibilidade do recurso de peça 288 em cotejo com a Informação n.º 15/2019-Nurec.

Sala das Sessões, 26 de abril de 2019

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator